

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.863 - SP (2018/0119744-0)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : RICARDO WAGNER AFONSO  
**AGRAVANTE** : OSVALDO DENIS  
**ADVOGADO** : SIDNEI GISSONI E OUTRO(S) - SP087495  
**ADVOGADA** : GABRIELA MARCONDES LABOISSIERE CAMARGOS - DF031156  
**AGRAVADO** : RAIMUNDO TARASKEVICIUS SALES  
**AGRAVADO** : FABIANA GOMES SECUNDINO  
**ADVOGADOS** : FRANCISCO NEVES COELHO - SP108055  
LEONOR AZEVEDO ALVES COELHO - SP098529  
LARA ISABEL MARCON SANTOS E OUTRO(S) - SP169219

### EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INÉPCIA DA INICIAL. ALEGADA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ.*

*AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESTA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS (ART. 85, §11, DO CPC/2015).*

### DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por RICARDO WAGNER AFONSO e OSVALDO DENIS, em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, aviado pelas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, ao fundamento de inexistência de violação ao art. 1.022, inciso II, do CPC/2015, de ausência de demonstração da ofensa aos arts. 321 e 494 do CPC e ao art. 32 da Lei N. 8906/94, bem como de incidência da Súmula 07/STJ (e-STJ fls. 412-414).

Em suas razões, infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 416-426).

No recurso especial, a parte recorrente alega ofensa aos arts. 1.022, incisos II e III, 321 e 494, todos do Código de Processo Civil, e ao art. 32 da

# *Superior Tribunal de Justiça*

Lei N. 8.906/1994, sustentando, em síntese, omissão do v. acórdão quanto à correção do erro material na troca do nome de Romeu por Odecio; que "o mero erro material na troca do nome de Romeu por Odecio nada alterou ou modificou a pretensão dos recorrentes, visto que no próprio v. acórdão consta a existência dos documentos em nome de Romeu Bonadio, elementos mais que suficientes para permitir a total viabilidade da causa", bem como a inviabilidade da inépcia da petição inicial, haja vista que, em que pese a existência de documentos comprovando os fatos articulados, não foi concedido prazo para sanar a possível irregularidade. Aduz, pois, dissídio pretoriano.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 399-411).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

Ato contínuo, percebe-se que a irresignação não merece acolhida.

A parte recorrente, em sede de recurso especial, alega ofensa aos arts. 1.022, incisos II e III, 321 e 494, todos do Código de Processo Civil, e ao art. 32 da Lei N. 8.906/1994, sustentando, em síntese, omissão do v. acórdão quanto à correção do erro material na troca do nome de Romeu por Odecio; que "o mero erro material na troca do nome de Romeu por Odecio nada alterou ou modificou a pretensão dos recorrentes, visto que no próprio v. acórdão consta a existência dos documentos em nome de Romeu Bonadio, elementos mais que suficientes para permitir a total viabilidade da causa", bem como a inviabilidade da inépcia da petição inicial, haja vista que, em que pese a existência de documentos comprovando os fatos articulados, não foi concedido prazo para sanar a possível irregularidade. Aduz, pois, dissídio pretoriano.

O acórdão recorrido, por sua vez, assim assentou (e-STJ fls. 345-346):

*Em que pese o entendimento da nobre Magistrada de primeiro grau, o reconhecimento da inépcia da petição inicial é medida que se impõe. (...)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Todavia, foi juntada aos autos cópia dos embargos a execução opostos tão somente por Romeu, conforme fls. 48/57 e a respectiva sentença copiada às fls. 113/115, não tendo sido trazidos aos autos os embargos opostos por Odecio.*

*É de se ressaltar que a causa de pedir é o pagamento das verbas de sucumbência a Odecio. Assim, os autores deveriam ter instruído os autos com cópias dos embargos do devedor interpostos por Odecio, da sentença que julgou os embargos de Odecio e condenou os autores ao pagamento das verbas de sucumbência, do acórdão, da inicial da execução das verbas por Odecio e da guia de depósito destas verbas em favor de Odecio. E nada disso foi juntado aos autos.*

*Ressalte-se que em relação a Romeu, os autores informaram que as partes entraram em acordo, com extinção da ação em relação a ele, sem ônus para as partes (fls. 3).*

*No entanto, a fls. 164/166 juntaram acordo firmado com Odécio e não Romeu, no qual não consta nenhuma obrigação de pagamento pelo autor Ricardo.*

*Assim, por faltarem documentos indispensáveis à propositura da ação, conforme exige o artigo 283 do Código de Processo Civil de 1973, vigente na data do ajuizamento, a petição inicial é inepta.*

Com efeito, quanto à alegada violação ao art. 1.022, incisos II e III, do Código de Processo Civil de 2015, vislumbra-se a não ocorrência de nulidade por omissão, obscuridade, contradição, ou erro material, tampouco de negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que, em suma, conclui, de maneira integral e com fundamentação suficiente e clara, que (a) "*a causa de pedir é o pagamento das verbas de sucumbência a Odecio*"; que (b) "*os autores deveriam ter instruído os autos com cópias dos embargos do devedor interpostos por Odecio, da sentença que julgou os embargos de Odecio e condenou os autores ao pagamento das verbas de sucumbência, do acórdão, da inicial da execução das verbas por Odecio e da guia de depósito destas verbas em favor de Odecio. E nada disso foi juntado aos autos*"; bem como que, (c) "*por faltarem documentos indispensáveis à propositura da ação, conforme exige o artigo 283 do Código de Processo Civil de 1973, vigente na data do ajuizamento, a petição inicial é inepta*".

Ademais, destaca-se que o juízo não está obrigado a se manifestar a

# *Superior Tribunal de Justiça*

respeito de todas as alegações e dispositivos legais suscitados pelas partes.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO QUE NÃO SE VERIFICA. PEDIDO ADMINISTRATIVO. INTERESSE DE AGIR RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC.*

*1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

*2. Inexiste ofensa ao art. 1022, II, do NCPC (art. 535 do CPC/73) quando o Tribunal a quo se manifestou clara e fundamentadamente acerca dos pontos indispensáveis para o desate da controvérsia, sendo desnecessário rebater, uma a uma, as razões suscitadas pelas partes. 2. (...).*

*3. No caso dos autos, a convicção a que chegou o acórdão recorrido quanto ao interesse de agir da parte autora decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, o que encontra óbice no enunciado nº 7 da Súmula do STJ.*

*4. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação à aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei. 5. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (AgInt no REsp 1624810/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017) - g.n.*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES. HONORÁRIOS. ARBITRAMENTO. CLÁUSULA*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**CONTRATUAL. VALIDADE E EFICÁCIA DECLARADAS. PUBLICIDADE DO ATO. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF.**

**1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).**

**2. Afasta-se a violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 quando a decisão está clara e suficientemente fundamentada, resolvendo integralmente a controvérsia.**

**3. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido impede o conhecimento do recurso especial. Súmula nº 283/STF.**

**4. Rever o posicionamento do tribunal de origem, que decidiu pelo não arbitramento dos honorários, encontra os óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.**

**5. O reexame do conjunto fático-probatório da causa obsta a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.**

**6. Agravo interno não provido.**

**(AgInt no AREsp 1198828/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/09/2018, DJe 21/09/2018) - g.n.**

De outra parte, no que tange à inépcia da inicial, melhor sorte não socorre à parte recorrente, uma vez que, elidir a conclusão do aresto impugnado de que, "*por faltarem documentos indispensáveis à propositura da ação, conforme exige o artigo 283 do Código de Processo Civil de 1973, vigente na data do ajuizamento, a petição inicial é inepta*", demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

Confira-se:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. ALEGAÇÃO DE PEDIDO GENÉRICO E DE CARÁTER REVISIONAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OCORRÊNCIA DE INDEVIDA INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. 3. CERCEAMENTO DE DEFESA. 3.1. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO PERITO JUDICIAL PARA MANIFESTAÇÃO**

ACERCA DAS INCONSISTÊNCIAS APONTADAS NO LAUDO. NÃO FORMULADO PEDIDO ESPECÍFICO, COM A ELABORAÇÃO DOS QUESITOS. NULIDADE NÃO RECONHECIDA. SÚMULA 83 DO STJ. 3.2. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. NÃO DEMONSTRADO O EFETIVO PREJUÍZO. MÁCULA NÃO EVIDENCIADA. PROVIDÊNCIA FACULTATIVA PARA O JUIZ. PRECEDENTE. 3.3. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE FORMA MERCANTIL. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE AMPARAM OS LANÇAMENTOS TIDOS POR DUVIDOSOS PELO CORRENTISTA. NÃO ATENDIMENTO DESSA EXIGÊNCIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DAS ALEGAÇÕES DA PARTE AUTORA. AFERIÇÃO DA ADEQUAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. CONDENAÇÃO À DEVOLUÇÃO DE ENCARGOS TRIBUTÁRIOS PROVENIENTES DE LEI, NOTADAMENTE A CPMF E O IOF. DOCUMENTAÇÃO QUE SE FAZ INDISPENSÁVEL PARA A DEMONSTRAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Verifica-se que o Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada (notadamente aquelas afetas ao cerceamento de defesa), não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional.

2.(...).

3. (...).

4. (...).

5. (...).

7. De outro modo, mostra-se indevido a esta Corte, no âmbito do recurso especial, modificar a convicção das instâncias ordinárias (de que a documentação devida não foi adequadamente apresentada), pois essa providência demandaria o reexame dos elementos fáticos e das circunstâncias probatórias do feito, não havendo como suplantar a aplicação do disposto na Súmula 7/STJ no ponto.

8. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do agravo interno em votação unânime. A condenação da parte agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua

*improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese ora examinada.*

*9. Agravo interno desprovido.*

**(AgInt no AREsp 1264791/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 16/05/2019) - g.n.**

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA, DE PLANO, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DOS REQUERIDOS.**

*1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.*

*2. Conforme o entendimento consolidado neste Tribunal, não configura julgamento ultra petita ou extra petita, com violação ao princípio da congruência ou da adstrição, o provimento jurisdicional exarado nos limites do pedido, o qual deve ser interpretado lógica e sistematicamente a partir de toda a petição inicial. Precedentes. No caso sub judice, a Corte de origem aplicou esse entendimento e considerou que o provimento judicial no tocante à questão da revisão contratual refletiu o pedido formulado na exordial. Incidência da Súmula 83/STJ. Quanto a tese de indenização por danos materiais aos vendedores, não tendo sido compreendida na matéria devolvida ao Tribunal, deve ser decotada do acórdão a deliberação sobre o ponto, visto não constar na lide pelos limites dos pedidos formulados pelos autores na inicial.*

***3. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem, com base nas provas carreadas aos autos, concluiu que a petição inicial fora instruída com todos os documentos necessários ao desenvolvimento válido e regular do processo. Alterar tal conclusão e declarar a inépcia da petição inicial demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ.***

*4. Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nesta instância especial a alteração de valores fixados a título de honorários advocatícios somente é cabível se estes*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, exigindo-se, ainda, que as instâncias ordinárias não tenham emitido concreto juízo de valor sobre o tema. Precedentes. No caso em tela, a Corte de origem fixou expressamente os honorários no patamar mínimo de 10% sobre o valor da condenação. Incidência da Súmula 7/STJ.*

*5. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt nos EDcl no AREsp 98.905/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 27/09/2017) - g.n.*

Destarte, melhor sorte não socorre à parte agravante.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Assim, com base em tais premissas, arbitro os honorários recursais em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nesta extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO, e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, arbitro os honorários recursais devidos pela parte recorrente em R\$ 500,00 (quinhentos reais).**

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator